



A LUTA DO POVO NEGRO É A LUTA CONTRA A EXPLORAÇÃO CAPITALISTA



Os atos do dia 20 de novembro deste ano, Dia da Consciência Negra, foram chamados por movimentos sociais, centrais sindicais e partidos de esquerda como mais um ato contra o governo, desta vez com o mote Fora Bolsonaro racista.

Ao que pese a importância das manifestações ocorridas no País, os atos mostraram uma tendência da esquerda nacional diante da atual conjuntura política: direcionar a luta contra o governo apenas para o debate das eleições de 2022, o que avaliamos ser um erro político. Vale lembrar que as manifestações pelo Fora Bolsonaro que haviam sido chamadas para o dia 15 de novembro foram desmarcadas para que se “jogasse peso” nos atos do dia 20, o que efetivamente não ocorreu. As centrais, sindicatos e partidos de esquerda não mobilizaram com a intensidade necessária e este é um balanço que precisa ser feito entre as direções, principalmente diante da potência e magnitude da pauta.

A opção das lideranças por manter a luta somente no campo das eleições, no que pese a importância delas, tem levado a classe trabalhadora às maiores derrotas já vividas em sua história de lutas por direitos. As reformas aprovadas desde 2016 e as políticas de privatizações e destruição dos serviços públicos jogaram mais da metade dos trabalhadores no desemprego ou na informalidade. A pobreza e a miséria só aumentam e os direitos sociais estão a cada dia mais ameaçados.

Em relação à luta do povo negro, que não pode ser dissociada das principais reivindicações dos

trabalhadores, como emprego, direito à saúde e à educação, a opção eleitoreira da esquerda serve para manter sob controle a revolta dos setores mais oprimidos da sociedade contra a violência do Estado, voltada principalmente à juventude preta e periférica. Os negros foram as maiores vítimas da pandemia da Covid-19 e lideram a estatística de assassinatos pela Polícia Militar no País.

A histórica luta do povo negro se torna cada dia mais necessária para combater a extrema-direita que, para levar sua pauta econômica neoliberal ao extremo, lança mão de mecanismos ideológicos que tentam naturalizar a desigualdade social. Sendo os pretos e pobres a maior parte da classe trabalhadora, os donos do poder passam a atacar os avanços sociais que esse setor conquistou e a estimular práticas racistas e discriminatórias para justificar a exclusão que sofrem no mundo do trabalho.

Portanto, a resistência do povo negro e a defesa de suas tradições e de sua religiosidade devem se aliar à luta de toda a classe trabalhadora contra o conjunto das políticas neoliberais que visam impor novas formas de escravidão aos trabalhadores. Para isso, é preciso organizar mais que atos simbólicos e colocar em movimento os mecanismos de resistência ao sistema capitalista, ou seja, as lutas com grandes manifestações de ruas, ocupações de espaços públicos, greves e paralisações.

***Fora Bolsonaro e todo o seu governo!
Por um governo dos trabalhadores da
cidade e do campo***



PRIVATIZAÇÃO DOS CORREIOS SÓ PODE SER DERROTADA COM LUTA NAS RUAS



Os trabalhadores dos Correios de todo Brasil estão apreensivos com a eminência da votação do PL 591/2021, no Senado Federal, que trata da privatização da Empresa. Caso seja aprovada, será aberto o caminho para demissões dos trabalhadores, além do fim da entrega de cartas e encomendas em milhares de municípios, principalmente os menores que ficarão sem nenhum serviço de Correios.

As negociações que acontecem nos bastidores parlamentares e que envolvem verbas milionárias para emendas parlamentares, são o combustível usado pelo governo federal para ganhar apoio em votações contra os direitos do povo.

O único jeito de impedir a privatização dos Correios, bem como a política de desmonte das estatais, de retirada de direitos e de entrega do patrimônio público do povo brasileiro é a luta nas ruas. Precisamos unificar as categorias de trabalhadores do setor público e privado, com movimentos sociais, centrais sindicais, movimento estudantil, partidos de esquerda e apontar para a construção de uma FRENTE ÚNICA DAS FORÇAS DE ESQUERDA, que coloque abaixo a política neoliberal de ataques aos direitos do povo.

CONGRESSO DO SINDIBEL



No último sábado, dia 20, o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Belo Horizonte realizou seu Congresso que, mesmo virtual, contou com a participação grande e qualitativa dos trabalhadores. Eles reforçaram a reivindicação de que o sindicato esteja em constante trabalho junto às bases, inclusive com boletins regulares e impressos. Os dirigentes do Sindibel ressaltaram a importância do aumento das filiações no último período, que revela um reconhecimento dos trabalhadores sobre a necessidade desse espaço de luta organizada.

A participação da CUT, da CTB e da CSP-Conlutas teve por objetivo fortalecer a unidade entre as centrais e seus sindicatos nas lutas contra todos os ataques aos trabalhadores promovidos pela política neoliberal dos governos atuais. Representantes de sindicatos como Sintect-MG, Sindipetro-MG, Sindados-MG e do Sindeleto-MG enviaram mensagens de apoio à unidade da luta.

O congresso debateu a urgência em mobilizar os servidores municipais e ganhar as ruas em 2022, haja vista que a Lei Complementar 173, que congelou os salários dos servidores no contexto da pandemia, vence em dezembro e a inflação está corroendo os ganhos dos trabalhadores.

Por meio dos sindicatos, a resistência aos ataques dos patrões se torna mais metódica e sistemática. Faça parte!

ENEM: BOLSONARO QUER RESTRINGIR ACESSO AO ENSINO SUPERIOR



O governo Bolsonaro age para destruir as políticas públicas de educação e transferi-las para a iniciativa privada. Com relação ao Exame Nacional de Avaliação do Ensino Médio (Enem), o governo coloca o programa em descrédito, com intervenções cujo objetivo é dar fim à principal política de acesso às Universidades Públicas.

Na lógica do governo, universidade é para poucos. Jovens pobres, pretos e oriundos de escolas públicas, principal público do Exame desde que foi criado, estão fora.

As inscrições para o Enem, que já chegaram a mais de 7 milhões de pessoas, caíram gradativamente neste governo. Em 2021 foram 3,100 milhões de inscritos e mais de 26% destes sequer compareceram na primeira etapa da prova.

O pedido de exoneração dos funcionários do INEP representa a tentativa dos servidores públicos de barrar o desmonte do Enem. As denúncias envolvem perseguição a servidores, censura aos conteúdos das provas considerados ideológicos e tentativa de fraudes, dando acesso a pesquisadores não autorizados.

Temos que organizar uma luta unificada para defender o direito de acesso ao ensino superior da juventude trabalhadora. O conhecimento é ferramenta para lutar contra as opressões.